RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 21 de Novembro de 2026

# Haddad diz que Caso Master pode ser a 'maior fraude bancária' da história

**ESCÂNDALO BILIONÁRIO**

**g1**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender a atuação do Banco Central (BC) na liquidação do banco Master, que ele **classificou como o que pode ser a "maior fraude bancária" do país.**

Ele afirmou que tem conversado diariamente com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, que determinou liquidação da instituição financeira.

A liquidação ocorreu após **investigadores descobrirem negócios de venda de carteiras de crédito com suspeitas de fraudes do Master para o Banco de Brasília (BRB)** num valor de R$ 12,2 bilhões (***leia mais abaixo***).

*"Tenho falado com o presidente do BC quase que diariamente, dando todo respaldo institucional da Fazenda. Penso que temos feito um trabalho conjunto muito importante, porque envolve a Fazenda também, o caso Reag [fundos envolvidos com a operação Carbono Oculto]. Tem uma conexão que está sendo apurada entre os dois casos", disse o ministro a jornalistas.*

*A operação Carbono Oculto foi deflagrada em 28 de agosto de 2025 pela Polícia Federal, envolvendo 1.400 agentes em dez estados, com o objetivo de desarticular um amplo esquema de fraude tributária, lavagem de dinheiro, e atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no setor de combustíveis*

Haddad informou que tem conversado, também, com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo.

Vital do Rêgo se reuniu com o presidente do Banco Central nesta segunda (12) para "encontrar uma forma de conciliar o poder de fiscalização do TCU com a autonomia do BC", que questionava a possibilidade de inspeção técnica em suas dependências (***entenda a seguir***).

A reunião foi marcada depois de entendimentos diferentes entre as duas instituições. Após o encontro, o presidente do TCU afirmou que o BC concordou com uma inspeção sobre o Banco Master.

*"Falei com o presidente do TCU algumas vezes ao telefone na semana passada. Eu penso que houve uma convergência como ajudar, como fazer o melhor para o país conhecer a verdade, apurar responsabilidades, eventualmente obter ressarcimento dos prejuízos causados. Penso que as coisas vão caminhar para o lado certo. ", acrescentou o ministro da Fazenda.*

"O caso inspira muito cuidado, podemos estar diante da maior fraude bancária do país. Temos que tomar todas cautelas devidas, com as formalidades, garantindo todo espaço para a defesa se explicar, mas ao mesmo tempo sendo bastante firmes em relação àquilo que tem de ser defendido pelo interesse público", declarou o ministro da Fazenda.


Fernando Haddad durante coletiva sobre megaoperação contra o PCC — Foto: Jorge Silva/Reuters

**Inspeção no BC**

No mesmo dia da reunião entre Galípolo, do BC, e Vital do Rêgo, do TCU, como adiantou o **blog do Valdo Cruz**, a instituição retirou o recurso que havia apresentado contra a decisão do ministro Jhonatan de Jesus, que determinou a inspeção.

Ao **blog**, integrantes do Banco Central disseram considerar que os embargos cumpriram sua função. Eles afirmam que, após a apresentação do recurso, ficou claro que o TCU respeita a prerrogativa exclusiva do BC de fazer a liquidação do Master. E que não haverá invasão de competência pela Corte de Contas.

**Defesa do BC**

Essa não é a primeira vez que Haddad sai em defesa do BC. Em novembro, quando a instituição financeira foi liquidada pelo Banco Central, o ministro afirmou que, para ter chegado à essa situação, o processo levando adiante pela autoridade monetária deveria estar muito "robusto".

No entanto, **integrantes do governo não têm se manifestado publicamente sobre o assunto** nas últimas semanas.

*"Toda transparência [com a atuação do TCU] pode ajudar. Se a intenção for boa, a transparência vai ajudar. Estou absolutamente seguro do trabalho que o Galípolo e equipe fizeram", ponderou Haddad.*

Atuamos conjuntamente quando o assunto era da Fazenda. Tivemos conversas com o procurador-geral da República. Tivemos o melhor aconselhamento possível pra chegar até aqui. Eu acredito realmente que o trabalho que foi feito pelo BC é tecnicamente muito robusto", concluiu o ministro.

*A liquidação extrajudicial ocorre quando o Banco Central encerra as atividades de um banco que não tem mais condições de operar. Um liquidante assume o controle, fecha as operações, vende os bens e paga os credores na ordem prevista em lei, até extinguir a instituição.*

**Liquidação**

O BC apontou irregularidades em operações do Master com BRB e declarou que a liquidação era indispensável para proteger o sistema financeiro e a poupança popular. A liquidação foi decretada em novembro do ano passado.

Com a liquidação, as atividades do banco foram interrompidas, a diretoria foi afastada e o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) foi acionado para ressarcir investidores dentro do limite legal.

**Contas do governo em 2025**

O ministro Fernando Haddad também afirmou que números preliminares do Tesouro Nacional indicam que a meta das contas do governo em 2025 será cumprida pelo terceiro ano seguido. O resultado será divulgado no fim deste mês.

"O numero é preliminar, mas devemos ter terminado o ano com 0,1% de déficit. Se considerarmos o que o Congresso ou a Justiça excepcionalizou, estamos falando de alguma coisa como 0,17% de déficit. E considerados os precatórios, vamos fechar o ano em 0,48% de déficit. Isso significa que os precatórios estão sendo incorporados no cálculo para dar mais segurança que o resultado não é maquiado", afirmou, a jornalistas.

Pelas regras do arcabouço fiscal, entretanto, o governo pode ter um déficit de até 0,25% do PIB sem que o objetivo seja formalmente descumprido, o equivalente a cerca de R$ 31,3 bilhões. Essa é uma banda existente em relação ao objetivo central.

Para fins de cumprimento da meta fiscal, também poderão ser excluídos outros R$ 44,5 bilhões em precatórios, ou seja, decisões judiciais.

Na prática, portanto, o governo poderá registrar um resultado negativo de até R$ 75,8 bilhões sem que a meta seja formalmente descumprida.

A autorização para realização de gastos fora da meta fiscal, por conta de exceções, é uma crítica constante de analistas ao regramento adotado para as contas públicas. A percepção é que isso dificulta o equilíbrio fiscal.